

□ ESPAÇO ABERTO

Crescer com dignidade

RUY ALTFENFELDER



A campanha presidencial tem como um dos temas centrais, como não poderia deixar de ser, a questão da dívida externa. Os candidatos a incluem em suas plataformas como um dos pontos fundamentais sem indicar ações concretas para encaminhar a solução do importante problema.

Isto é compreensível, pois assumir compromissos definitivos em relação a tema tão fundamental para o País, num período pré-eleitoral, é no mínimo inoportuno. Convém, por isso, fazer do debate o caminho natural para o adequado equacionamento do problema, até como forma de oferecer ao futuro presidente da República alternativas viáveis.

Nesse quadro, é essencial que a questão seja analisada com racionalidade, na exata perspectiva da dimensão dos nossos problemas, mas sem perder contato com a realidade. Ela não comporta soluções unilaterais ou extremadas. Falar em moratória, por exemplo, pode render bons dividendos em determinados segmentos, mas não ajuda em nada.

Todos concordam em que a melhoria do padrão de vida do povo brasileiro, a qualidade do nosso desenvolvimento dependem da solução do problema da dívida externa, de uma forma que, ao invés de nos isolar, nos integre mais efetiva e completamente ao sistema econômico do mundo ocidental.

A modernização da nossa estrutura produtiva, a ampliação da oferta de serviços nas áreas sociais básicas, pré-requisitos do desenvolvimento, estão deste modo vinculadas à resposta que soubermos dar, com maior ou menor competência, a esse desafio.

A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, através do Instituto Roberto Simonsen, têm posto em discussão a questão da conversão de parte da dívida em investimentos em áreas sociais básicas — educação, saúde, habitação —, na suposição de que, neste caso, devedores e credores têm interesses convergentes.

Há duas observações básicas: 1) o Brasil precisa e quer honrar seus compromissos; 2) não podemos continuar a pagar a dívida à custa do nosso desenvolvimento. Todo o sacrifício feito nos últimos anos, todo o esforço do País para manter íntegra, apesar de tudo, sua imagem, têm portanto de ser repensados.

Não podemos pagar a dívida sem desenvolvimento, e este não se realizará sem que incorporemos à sociedade de consumo os milhões de brasileiros que permanecem virtualmente marginalizados, privados de direitos fundamentais como educação, saúde, habitação e infra-estrutura básica.

Uma das fórmulas imaginadas para conversão da dívida em investimentos básicos de

Falar em moratória rende, mas não ajuda em nada

ordem social prevê a criação de um fundo internacional, que receberia os juros da dívida e administraria a sua aplicação, a longo prazo, nos próprios países devedores, em setores sociais básicos. A transferência de divisas dos países devedores para os credores seria revertida da mesma forma para estes, que se tornariam parceiros do nosso desenvolvimento.

Naturalmente, a viabilização dessa proposta implica a adoção, por parte dos países credores, de uma nova ótica: a de que a dívida dos países em desenvolvimento não é um problema apenas deles, mas do sistema financeiro internacional, cuja estabilidade está em jogo.

Enquanto não equacionarmos uma solução dessa ordem, o sistema financeiro internacional continuará a ser apontado como responsável pela manutenção, nos países do Terceiro Mundo, de condições indignas de vida.

Ao mesmo tempo, parece óbvio que temos de criar condições para retomar os níveis de investimento estrangeiro no País, para suprir a nossa carência de recursos. A taxa de investimento na economia brasileira caiu de 25%, em média, na década dos 70, para 16% na atualidade, e essa retração, seguramente, guarda relação com a timidez ou cautela dos investidores estrangeiros. Parece haver-se consolidado a convicção de que o Brasil é um mau negócio, o que é fugir da realidade!

A saída exige criatividade e ousadia, de ambos os lados. Mas temos principalmente de nos convencer de que a tarefa não compete apenas ao governo e deve envolver a todos — empresários, trabalhadores e a classe política —, na medida em que começa pela recuperação da nossa credibilidade perante a comunidade financeira internacional.

□ Ruy Martins Altenfelder Silva é diretor geral do IRS, da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).